



LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Nº 102/2018

COCO MANIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Validade: 02 (dois) anos

A competência para a concessão desta Licença Ambiental está fundamentada na Lei Complementar nº. 140 de 08 de dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos do Art. 23º, incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no exercício da competência administrativa comum na proteção do meio ambiente, bem como, nos dispositivos legais da Resolução CEPRAM nº 4.327 de 31 de outubro de 2013 alterada pelas Resoluções CEPRAM nº 4.420 de 27 de novembro de 2015 e nº 4.579 de 06 de março de 2018 que dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos municípios, na Lei Municipal nº. 1.361 de 30 de novembro de 2009 que dispõe sobre a Política Ambiental Integrada do Município de Lauro de Freitas. O Secretário Municipal da Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos do município de Lauro de Freitas com fulcro nas atribuições e competências definidas na Lei Municipal nº. 1.324 de 02 de dezembro de 2008 e na Lei Municipal nº. 1.361 de 30 de novembro de 2009 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 11354/2018, requerido pela (o) **COCO MANIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA**. Resolve:

Art. 1º Conceder **LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA Nº 102/2018**, válida pelo prazo de 02 (dois) anos ao requerente, inscrito no CPF / CNPJ nº 30.124.219/0001-63 para atividade de Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes (Beneficiamento de Coco Verde com Envasamento de Água de Coco in Natura), localizado na (o) na Rua Dalva de Oliveira Rodrigues nº 39, Itinga, Lauro de Freitas, Bahia, e inscrita no Cadastro Imobiliário Municipal nº 4306800039GALP, coordenadas Latitude: 12°54'0.58"S e Longitude: 38°20'50.08"O, mediante o cumprimento da legislação vigente e das seguintes condicionantes: I) Deverá respeitar o padrão de emissão máxima de ruído estabelecido na Lei Municipal 1536/2014; II. Manter o uso obrigatório de EPI's pertinentes para os funcionários, Conforme Norma Regulamentadora 06<NR6>; III. Disponibilizar extintores em todo o empreendimento, conforme NBR 12693/93; IV. Acondicionar e Armazenar Matéria Prima (coco) em local adequado; V. É vedada a utilização da atmosfera para lançamento de qualquer tipo de matéria sem prévio tratamento em desacordo com a Norma ABNT 9.547/86 e a Resolução CONAMA 03/90; VI. Qualquer alteração com relação

1/4

Manoel Augusto Gomes
28/09/18

Trilva



às informações descritas no Memorial Descritivo - RCE e no PGRS constante no processo nº 11354/2018 deve ser informado a esta Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos - SEMARH; **VII.** Manter a segregação e a identificação dos resíduos sólidos conforme a Resolução CONAMA 275/2001, e acondicionamento e o armazenamento temporário conforme a NBR ABNT nº. 11.174/1990 para os resíduos classes II e III, e a NBR ABNT nº. 12.235/1992 para os resíduos Classe I (se couber); **VIII. QUANTO A ANÁLISE HIDROGEOLÓGICA:** 1) Realizar em laboratório certificado, análise da água superficial ou subterrânea, em um ponto determinado pelo DPSESRH/SEMARH, numa bacia hidrográfica do município, contemplando os seguintes parâmetros: Coliformes termotolerantes, temperatura, Nitrogênio total, Ph, Sólidos Totais, Turbidez, Oxigênio Dissolvido, DBO e Fósforo. Apresentar o laudo em até 120 dias antes do vencimento desta Licença; **IX. QUANTO AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO:** 1) Reforma, ampliação ou qualquer modificação no sistema de esgotamento sanitário deverá ser informado ao DPSESRH para avaliação e análise por este departamento; 2) Deverá ser entregue no prazo de 60 (sessenta) dias ao DPSESRH um Plano de Manutenção e Operação do sistema de esgotamento sanitário utilizado pelo empreendimento. Ressalta-se que o DPSESRH poderá vistoriar o sistema de esgotamento sanitário adotado a fim de verificar condições de operação, manutenção e funcionamento do sistema ou o que couber, sem aviso prévio; 3) O funcionário/ operador ou colaborador que ficar responsável pela limpeza do sistema de esgotamento sanitário deverá usar equipamentos de proteção individual; 4) Apresentar no prazo de 150 dias a cópia da nota fiscal da limpeza da fossa séptica, bem como cópia do vale descarte fornecido pela EMBASA referente ao descarte adequado do resíduo coletado; 5) Apresentar anualmente cópia das notas fiscais da limpeza da fossa séptica, bem como cópia dos vales descartes fornecidos pela EMBASA referente ao descarte adequado do resíduo coletado; 6) Instalar caixa de gordura para receber a demanda gerada na pia da copa/refeitório no prazo de 100 dias. É vedado o direcionamento dos resíduos oleosos provenientes da caixa de gordura às empresas destinadas a limpa fossa, tais resíduos poderão ser acondicionados como lixo e encaminhados para aterro sanitário ou poderão ser encaminhados à empresa especializada em reciclagem. Apresentar relatório fotográfico do acondicionamento dos resíduos ou documentação referente ao descarte junto a empresas especializadas comprovando vínculo. 7) Manter a área onde está localizado o Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) desobstruída; **X.** Deverá realizar um programa de conscientização e educação ambiental com os funcionários da empresa visando minimizar a geração de resíduos, coleta e reciclagem; **XI.**



Deverá cumprir todos os planos e programas contidos no PPRA e PCMSO deixando disponível no estabelecimento para possível fiscalização; **XII.** Apresentar anualmente Relatório de Cumprimento das Condicionantes, acompanhado por documentação comprobatória e ART; **XIII.** O empreendedor deverá contribuir para um projeto de educação ambiental a ser definido pelo Departamento de Projetos, Gestão e Educação Ambiental - DPGEA; **XIV.** Deverá apresentar anualmente a Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos - SEMARH comprovante de descarte dos resíduos; **XV.** Deverá ser entregue a Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos SEMARH nota fiscal dos EPI'S entregues do ano de 2018, no prazo de 60 (sessenta) dias; **XVI.** Deverá ser entregue no prazo de 60 (sessenta) dias a Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos SEMARH, Laudo de Aprovação junto ao corpo de bombeiros – AVCB; **XVII.** Deverá ser entregue no prazo de 60 (sessenta) dias a Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos SEMARH nota fiscal da recarga dos extintores referente a 2018; **XVIII.** Apresentar Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP), previsto na Lei 6.938/81 (§1º, Art. 17-C) a contar da data de recebimento da referida Licença Ambiental. **XIX.** Fixar externamente na testada do terreno uma placa informando sobre a licença ambiental e suas condicionantes (layout da placa em anexo);

Art. 2º Esta Licença Ambiental Simplificada refere-se unicamente à análise dos aspectos ambientais de competência da Secretaria de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos do município de Lauro de Freitas, cabendo ao requerente obter as anuências, licenças e/ou autorizações das outras instâncias e demais órgãos do município, estado e federal quando couber, para que a mesma alcance seus efeitos legais.

Art. 3º A Secretaria de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos poderá exigir novos padrões, decorrentes de mudanças substanciais na legislação, no momento da análise do pedido de nova Licença Ambiental.

Art. 4º. O descumprimento dos termos desta licença constitui-se em infração prevista nas legislações municipais, estadual e federal. Além do descumprimento de qualquer item do projeto apresentado, parte integrante do processo, implicará na suspensão do efeito desta Licença Ambiental. Caso seja feita qualquer alteração nos projetos apresentados no processo administrativo em questão deverá ser informada previamente à Secretaria de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos deste município para a devida análise e procedimentos a serem seguidos.



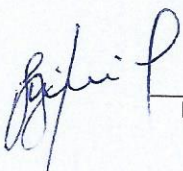
Art. 5º Esta Licença Ambiental possui validade apenas para o endereço supracitado e constante no processo administrativo a qual se refere. Caso seja efetuado a mudança do endereço, a mesma perde sua validade sendo necessário o requerente solicitar uma nova Licença Ambiental.

Art. 6º A Licença Ambiental será publicada no Diário Oficial do Município e na íntegra no site oficial da Secretaria de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos de Lauro de Freitas no endereço eletrônico, <http://semarh.laurodefreitas.ba.gov.br/>.

Lauro de Freitas, 25 de Setembro de 2018.


Juraci Alves da Silva

Secretário Municipal de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos





Nº 102/2018

SEMARH
Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

Empresa/Nome: COCO MANIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

Processo nº: 11354/2018

Endereço: Rua Dalva de Oliveira Rodrigues nº 39, Itinga, Lauro de Freitas – BA.

CPF / CNPJ: 30.124.219/0001-63

Atividade: Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes (beneficiamento de coco verde com envasamento de água de coco in natura).

Validade: 02 (dois) anos

O Secretário Municipal da Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos com fulcro nas atribuições e competências definidas nas Lei Municipal nº. 1.324 de 02 de dezembro de 2008 e na Lei Municipal nº. 1.361 de 30 de novembro de 2009, resolve: Conceder **Licença Ambiental Simplificada**, mediante o cumprimento da legislação vigente e das seguintes condicionantes: **I)** Deverá respeitar o padrão de emissão máxima de ruído estabelecido na Lei Municipal 1536/2014; **II.** Manter o uso obrigatório de EPI's pertinentes para os funcionários, Conforme Norma Regulamentadora 06-<NR6>; **III.** Disponibilizar extintores em todo o empreendimento, conforme NBR 12693/93; **IV.** Acondicionar e Armazenar Matéria Prima (coco) em local adequado; **V.** É vedada a utilização da atmosfera para lançamento de qualquer tipo de matéria sem previo tratamento em desacordo com a Norma ABNT 9.547/86 e a Resolução CONAMA 03/90; **VI.** Qualquer alteração com relação às informações descritas no Memorial Descritivo - RCE e no PGRS constante no processo nº 11354/2018 deve ser informada a esta Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos - SEMARH; **VII.** Manter a segregação e a identificação dos resíduos sólidos conforme a Resolução CONAMA 275/2001, e acondicionamento temporário conforme a NBR ABNT nº. 11.174/1990 para os resíduos classes II e III, e a NBR ABNT nº. 12.235/1992 para os resíduos Classe I (se couber); **VIII. QUANTO A ANÁLISE HIDROGEOLOGICA:** 1) Realizar em laboratório certificado, análise da água superficial ou subterrânea, em um ponto determinado pelo DPSESRH/SEMARH, numa bacia hidrográfica do município, contemplando os seguintes parâmetros: Coliformes termotolerantes, temperatura, Nitrogênio total, Pn, Sólidos Totais, Turbidez, Oxigênio Dissolvido, DBO e Fósforo. Apresentar o laudo em até 120 dias antes do vencimento desta Licença; **IX. QUANTO AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO:** 1) Reforma, ampliação ou qualquer modificação no sistema de esgotamento sanitário deverá ser informado ao DPSESRH para avaliação e análise por este departamento; 2) Deverá ser entregue no prazo de 60 (sessenta) dias ao DPSESRH um Plano de Manutenção e Operação do sistema de esgotamento sanitário utilizado pelo empreendimento. Ressalta-se que o DPSESRH poderá visitar o sistema de esgotamento sanitário adotado a fim de verificar condições de operação, manutenção e funcionamento do sistema ou o que couber, sem aviso prévio; 3) O funcionário/ operador ou colaborador que ficar responsável pela limpeza do sistema de esgotamento sanitário deverá usar equipamentos de proteção individual; 4) Apresentar no prazo de 150 dias a cópia da nota fiscal da limpeza da fossa séptica, bem como cópia do vale de descarte fornecido pela EMBASA referente ao descarte adequado do resíduo coletado; 5) Apresentar anualmente cópia das notas fiscais da limpeza da fossa séptica, bem como cópia dos vales de descarte fornecidos pela EMBASA referente ao descarte adequado do resíduo coletado; 6) Instalar caixa de gordura para receber a demanda gerada na pia da copa/refeitório no prazo de 100 dias. É vedado o direcionamento dos resíduos oleosos provenientes da caixa de gordura às empresas destinadas a limpa fossa, tais resíduos poderão ser acondicionados como lixo e encaminhados para aterro sanitário ou poderão ser encaminhados à empresa especializada em reciclagem. Apresentar relatório fotográfico do acondicionamento dos resíduos ou documentação referente ao descarte junto a empresas especializadas comprovando vínculo; 7) Manter a área onde está localizado o Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) desobstruída; **X.** Deverá realizar um programa de conscientização e educação ambiental com os funcionários da empresa visando minimizar a geração de resíduos, coleta e reciclagem; **XI.** Deverá cumprir todos os planos e programas contidos no PPRa e PCMSO deixando disponível no estabelecimento para possível fiscalização; **XII.** Apresentar anualmente Relatório de Cumprimento das Condições, acompanhado por documentação comprobatória e ART; **XIII.** O empreendedor deverá contribuir para um projeto de educação ambiental a ser definido pelo Departamento de Projetos, Gestão e Educação Ambiental - DPGEA; **XIV.** Deverá apresentar anualmente a Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos - SEMARH comprovante de descarte dos resíduos; **XV.** Deverá ser entregue a Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos SEMARH nota fiscal dos EPI's entregues do ano de 2018, no prazo de 60 (sessenta) dias; **XVI.** Deverá ser entregue no prazo de 60 (sessenta) dias a Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos SEMARH, Laudo de Aprovação junto ao corpo de bombeiros – AVCB; **XVII.** Deverá ser entregue no prazo de 60 (sessenta) dias a Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos SEMARH nota fiscal da recarga dos extintores referente a 2018; **XVIII.** Apresentar Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPPA), previsto na Lei 6.938/81 (§1º, Art. 17-C) a contar da data de recebimento da referida Licença Ambiental; **XIX.** Fixar externamente na testada do terreno, uma placa informando sobre a licença ambiental e suas condicionantes (layout da placa em anexo);

Juraci Alves da Silva

Secretário Municipal do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos